

Uma abordagem sobre a gestão promenorizada no Governo da RAEM*

*Lou Shenghua***

I. Levantamento da questão

Após o retorno de Macau à pátria, sobretudo após a manifestação realizada no dia 1 de Maio de 2007, a abordagem sobre as contradições sociais de fundo tem sido cada vez mais ardente. Porém, se bem que as discussões sejam longas, não foi conseguida uma conclusão geralmente aceite. Em comparação com outros territórios, as contradições sociais existentes em Macau, se não podem ser consideradas muito complicadas, são pelo menos bastante particulares. Tomando como exemplo os conflitos ocorridos na manifestação realizada em 1 de Maio de 2010, os resultados obtidos por análises feitas com a aplicação de teorias político-sociológicas gerais e mais populares podem ser fascinantes. É de saber que, no decorrer da modernização, uma das fontes da instabilidade social e política é a distribuição injusta da riqueza. Assim, foi inventado o Coeficiente de Gini para efeitos de medição integrada do grau de divergência na distribuição do rendimento pela população, coeficiente que é genericamente usado para avaliar o estado da distribuição da riqueza na sociedade, constituindo um indicador principal de alerta para julgar e medir riscos sociais. O órgão competente da Organização das Nações Unidas (ONU) até definiu o valor de 0,4 do mesmo Coeficiente como “linha de alerta” na distribuição do rendimento. Quer isto dizer, um Coeficiente de Gini superior a 0,4 (o valor mais preciso é 0,382) significa que a discrepância na distribuição do rendimento no respectivo país ou território é excessiva e a possibilidade de instabilidade social aumenta. Neste sentido, o coeficiente 0,4 é considerado o “ponto crítico” para a ocorrência de insegurança e até de agitação social. Para gestores da sociedade, o “medo de 0,4” constitui um fenómeno político-psicológico geral e específico.

Muito embora a população tenha uma percepção subjectiva de que a distribuição injusta da riqueza é mais grave do que antes da transferência

* Este artigo foi apresentado na Conferência Académica sobre “Promover a capacidade de Governança” 2010 de 2 de Julho.

** Professor associado do Instituto Politécnico de Macau

da soberania, esta imagem não se encontra provada estatisticamente. As informações obtidas através de investigações divulgadas pelos serviços responsáveis pela estatística demonstram que o Coeficiente de Gini em Macau, em 2007/2008, é de 0,37, valor que é o mais baixo registado nos últimos 20 anos, invertendo a tendência de aumento contínuo no período compreendido entre 1987/1988 (0,39) e 2002/2003 (0,45)¹. Se os dados estatísticos não errarem, a distribuição da riqueza na sociedade de Macau situa-se num leque relativamente razoável, não ultrapassando a “linha de alerta”, nem atingindo um nível suficiente para suscitar inquietação de agitação social. Então, por que razão ocorreu uma manifestação com conflito violento? O que custa saber é a razão por que, relativamente aos anos em que se verificaram Coeficientes de Gini mais elevados, as manifestações de natureza análoga e susceptíveis de suscitar inquietação social registadas nos recentes anos não diminuíem, mas aumentam e são mais frequentes?

Do mesmo modo, a taxa de desemprego é geralmente considerado um indicador importante para medir o grau da estabilidade de uma sociedade. Numa sociedade com muita população desempregada não abrangida pela segurança social, desfiles e manifestações dos desempregados organizadas para invocar o seu direito ao emprego, são provavelmente inevitáveis, e que, estas acções de rua choquem necessariamente com a estabilidade e a ordem social. No entanto, a partir do retorno de Macau à Pátria, especialmente desde a abolição do monopólio do jogo, a economia recuperou rapidamente do estado de estagnação prolongado, desenvolvendo numa nova pista e de forma acelerada. A falta de recursos humanos passou a ser uma condicionante relevante para o crescimento permanente da economia. Neste sentido, registou-se, segundo informação estatística mais recente, uma queda sucessiva da taxa de desemprego de 6,8% em 2000 para 2,9% no primeiro trimestre de 2010. Por outras palavras, já estamos numa situação de pleno emprego. No entanto, o que é incompreensível é a razão por que aparecem desfiles e manifestações com conflitos violentos, no contexto de pleno emprego e numa sociedade com bom nível de segurança social.

Independente do referido facto ser ou não uma concretização do dizer famoso “as teorias são cinzentas”, será a imensa insatisfação da co-

¹ “Coeficiente de Gini caiu 0,08 que é o mais baixo nos últimos 20 anos”, in “Jornal Ou Mun”, 2 de Janeiro de 2009, pág. A10.

munidade o resultado de que o governo, enquanto gestor da sociedade, ignora completamente os problemas sociais e solicitações da população, na sequência de estar fascinado pelos dados brilhantes? Certo é que custa muito para o Governo aceitar tal conclusão que o humilha. De facto, o Governo da Região Administrativa Especial de Macau (RAEM) tem injectado, após a transferência da soberania, recursos financeiros nas áreas da educação, saúde e segurança social em quantidade substancialmente superior à da Administração Portuguesa, facto que é bem notório. Aliás, até ao momento da realização do desfile de 1 de Maio de 2010, o Governo “benevolente” urgiu divulgar várias medidas que beneficiavam a população, incluindo o “**Regime de Poupança Central**”. A par disso, vários serviços, tais como a Direcção dos Serviços para Assuntos de Laborais e o Instituto de Acção Social estavam ocupados a programar acções subsequentes de registo e de formação e assistência social, entre outras. Estas acções eram do conhecimento de toda a população, pois foram divulgadas através de reportagens dos meios de comunicação social, muito embora tenham sido criticadas por uns como sendo um “*show*”. No entanto, um “*show*” que foi representado com tanta “força” reflectiu, em maior ou menor grau, a intenção dos serviços em dar respostas a solicitações da comunidade.

Porém, no dia 1 de Maio, foram realizados três desfiles formados por grupos de pessoas que apresentaram solicitações pluralistas. Alguns participantes dos mesmos entraram em conflito com agentes policiais, ao que a comunidade estava atenta. Os desfiles que passaram a violência e a pluralidade de solicitações dos participantes reflectem, de certo modo que, se bem que a população não tenha duvidado da sinceridade demonstrada pelo Governo em dar respostas às solicitações da comunidade, até tendo reconhecido que o mesmo havia implementado numerosas medidas benevolentes destinadas ao povo, a sua eficácia não chegou a ser demonstrada em pleno.

As discrepâncias entre as solicitações da comunidade e as respostas do Governo colocam uma questão último, enquanto gestor da sociedade: como pode promover o grau de correspondência e tempestividade das respostas às solicitações da comunidade, para além de posta em prática a boa fé? Ou ainda mais longe ao longo desta linha de pensamento: o que pode o Governo fazer para concretizar uma gestão eficaz dos assuntos sociais mediante definição de medidas segundo critérios científicos?

II. Problema estrutural: problemas principais que a sociedade de Macau está a enfrentar no momento

O maior grau de correspondência e eficácia das políticas públicas no sentido de melhor resolverem os problemas sociais pressupõe um diagnóstico preciso dos mesmos e da sua origem. É evidente que os problemas e contradições que surgem no seio da sociedade de Macau actual não são idênticos aos verificados até à transferência da soberania, nem às situações vividas na primeira fase de desenvolvimento após a implementação da RAEM. Nos primeiros anos após o retorno de Macau à Pátria, entre os problemas sociais mais salientes predominavam os económicos e de segurança pública, pois o agregado económico era relativamente pequeno, a base financeira era fraca, a taxa de desemprego era alta e a segurança pública era má Face a estes problemas sociais, o Governo da RAEM tomou medidas com vista a conter a criminalidade, fortalecer a gestão da segurança pública e criar um ambiente social estável e favorável ao desenvolvimento económico e da vida social, por um lado, e em dinamizar, por outro, a economia, livrando-a das limitações decorrentes da exploração monopolizada, com a definição das políticas sectoriais, abolindo a exclusividade da exploração do jogo. Em virtude das medidas tomadas terem incidido sobre os problemas na sua essência e de as autoridades centrais implementarem atempadamente medidas favoráveis a Macau, como a concessão de vistos individuais de viagem e a celebração do Acordo de Estreitamento das Relações Económicas e Comerciais (CEPA), a eficácia demonstrou rapidamente que, a economia entrou na pista de prosperidade e a situação da segurança pública recuperou; tudo isto quebrou as dificuldades que impediam o desenvolvimento social nos primeiros tempos após a transição da soberania. Por isso, o Governo da RAEM ganhou amplamente elogios e confiança.

Porém, ao mesmo tempo que as contradições e problemas sociais preexistentes foram resolvidos sucessivamente, as novas contradições e problemas sociais acumularam-se aceleradamente, sendo as suas características serem diferentes dos problemas preexistentes. Enquanto as contradições sociais, nos primeiros tempos após a transferência da soberania, predominavam essencialmente como sendo relativas à economia, ou seja, de natureza económica, tais como a pequena escala económica e a insuficiência de empregos, cuja resolução implicava o aumento do agregado, as questões sociais actuais concentram-se na área social, tendo natureza estrutural. Deste modo, os problemas actuais tornam-se mais complicados, em vez de simplificados, relativamente aos anteriores.

Tomando como referência os dois principais sentidos de solicitações apresentadas pelos participantes do desfile de 1 de Maio de 2010, o primordial dos problemas é o do emprego. Como o problema do desemprego verificado nos primeiros anos após a transferência da soberania foi devido à falta de emprego, as medidas que o Governo deveria adoptar tinham em vista a criação de mais postos de trabalho. Porém, à data de hoje, o desemprego não resulta unicamente da falta de emprego: na realidade, com a liberalização do sector de jogo, grande quantidade de capitais e turistas têm corrido para Macau, facto que criou numerosos postos de trabalho. Como esta procura não se satisfazia com os trabalhadores locais existentes, o Governo não podia deixar de autorizar a importação de grande número de trabalhadores não-residentes para suprir a falta de recursos humanos locais. Embora o contexto tenha sido assim, certo número de residentes locais encontravam-se no estado de desemprego, por não conseguirem arranjar empregos adequados, fenómeno que era identificado como “enquanto há desemprego, existem postos de trabalho sem candidatos”, ou seja “desemprego estrutural”. Neste sentido, para o Governo da RAEM, os meios de regular a resolução do problema do desemprego — aumento do número de postos de trabalho — jamais funcionaram, sendo necessário procurar uma nova medida fora da convencional para a sua solução.

Um outro aspecto está ligado com a habitação da população, o qual também não é um problema de agregado (quantidade total), mas sim estrutural. Em Macau, existem 200 a 210 mil fracções autónomas construídas, enquanto totalizam 160 a 170 mil agregados familiares, ou seja, existem 1,24 fracções autónomas por agregado familiar. Quer isto dizer que, a cada agregado familiar pode atribuir-se mais de uma fracção autónoma. De facto, mais de 70% dos residentes possui habitação própria. Se assim é, a maioria dos residentes devia ficar contente, pois as fracções de que são proprietários valorizam. Muito pelo contrário, a população em geral queixa-se, por quê? Pois, a subida acelerada do preço de habitação torna vãs as expectativas da população que surgem com o aumento do seu rendimento ou no sentido de melhorar as condições de alojamento. Será que, em face dos fortes apelos apresentados pelos residentes à resolução dos problemas de habitação, o Governo se limita ao pensamento simples de construir grande número de habitações públicas? Em termos globais, o problema não surge com a insuficiência de habitações existentes e a subida do preço de fracções autónomas não resulta da falta de oferta global de habitações. O que não é de ignorar é o factor de especulação. Na realida-

de, os problemas de habitação e de desemprego são bastante semelhantes, ou seja, “enquanto há casas desocupadas, existem pessoas que não conseguem arranjar uma casa”. Assim, o que reflecte é, outrossim, a irracionalidade estrutural na atribuição de habitação.

Quanto a outros problemas sociais, citamos uns exemplos. Será que este problema se limita à insuficiência em termos da quantidade total, não tendo nada a ver com a irracionalidade na qualidade e estrutura da mesma? Será que o problema de trânsito se resolve apenas com o arruamento permanente, dispensando a consideração da componente estrutural de veículos e o modo de deslocação da população? Será que o problema da terra se soluciona com os constantes aterros no mar para aumentar a oferta dos solos, sem pensar no aperfeiçoamento da utilização dos mesmos recursos mediante um planeamento de aproveitamento racionalizado? Os restantes problemas podem ser ponderados de maneira análoga. Além da área de vida da população, encontram-se ainda na área económica contradições de natureza estrutural, tais como o problema da primazia de uma indústria versus a diversificação da estrutura industrial. Pode afirmar-se que os problemas estruturais passaram a ser contradições principais na realidade que urge encarar directamente e solucionar efectivamente.

De notar que o realce colocado na existência de problemas estruturais não quer significar a inexistência de problemas de quantidade global, mas sim, que em termos comparativos, os problemas estruturais são mais salientes.

Os problemas estruturais, relativamente aos problemas de quantidade global, são mais fáceis de ser encobertos e ignorados. E a resolução dos primeiros não é mais fácil que a dos segundos, ao invés, é em certa medida, ainda mais difícil. Para o Governo que é o principal responsável pela gestão da sociedade, é necessário que repense e ajuste o modo de regulação para fazer face aos problemas sociais estruturais.

III. Gestão pormenorizada: promoção do ajustamento da forma de regulação do Governo

É de afirmar que o modo de governação do Governo da RAEM é diferente do da Administração Portuguesa que consistia em “inacção”. Com a implantação da RAEM, o Governo tem agido com determinação,

tomando decisões resolutas, sendo os resultados obtidos bem evidentes. Com a recuperação económica e o aumento dos rendimentos financeiros, o Governo tem respondido de forma activa às solicitações sociais, no sentido de reforçar a aplicação dos recursos nas áreas da educação, saúde e bem estar da população. No entanto, o crescimento económico contribui para a desagregação da comunidade, tornando os diferentes interesses dos distintos grupos sociais mais salientes. A par disso, os efeitos das medidas de concessão de benefícios gerais, como o “Plano de comparticipação pecuniária no desenvolvimento económico”, estão a decair, facto que apela à concepção de medidas vocacionadas para um tratamento diferenciado e com incidências nos pontos críticos, para fazer face aos problemas sociais estruturais. O aumento de factores heterogéneos e as complicações da sociedade dificultam o modo de gestão extensiva de curto prazo e improvisado, tornando-se necessária, assim, a transição tempestiva para uma gestão minuciosa a critério científico.

A gestão pormenorizada pressupõe uma gestão científica, pretendendo um aperfeiçoamento de resultados de gestão no sentido de prestação de serviços de qualidade e promoção da eficiência, mediante concepção e operações pormenorizadas no sistema, fluxo e técnica de gestão. Em relação ao Governo, a prática da gestão pormenorizada pode ser promovida nos seguintes aspectos:

1. Integração e sincronização do sistema de gestão

O esboço do sistema burocrático (de hierarquia) inerente à organização governamental, que é um produto próprio da divisão de trabalho segundo a especialização na sociedade industrializada, caracteriza-se pelo controlo hierarquizado e gestão vertical. O controlo hierarquizado vertical é, sem dúvida, favorável ao comando uniforme no seio da organização, mas provoca a separação e autonomização de subunidades, sendo a situação mais grave o aparecimento do “governo fragmentado”, em que falta consenso sobre os objectivos a realizar entre os serviços que lutam pelo poder, mas nenhum deles assume responsabilidades. Um “governo fragmentado” não é capaz de responder à gestão de assuntos inter-serviços. Um determinado problema social nem sempre é possível de ser tratado por um só serviço, mas envolve várias áreas governativas, carecendo de uma gestão coordenada. De facto, os governos tradicionais do sistema hierarquizado demonstram a sua incompetência na gestão de assuntos inter-serviços. Devido a este facto, no decorrer da reforma da prestação

de serviço público no séc. XXI, o realce dado à cooperação transsectorial institucionalizada, regular e eficaz, com vista a promover o valor público do governo integrado e a governação por rede passou a ser uma ideia inovadora na gestão pública². Na realidade, no processo de regulação, o Governo da RAEM enfrenta com frequência problemas no tratamento de assuntos inter-serviços. Para além dos temas mais abordados na sociedade que envolvem uma pluralidade de serviços, tais como “estabelecimentos hoteleiros ilegais” e fiscalização sobre trabalhadores clandestinos, o caso da “listagem da poupança central” reflecte igualmente que entre os serviços não existe uma coordenação e colaboração institucionalizada eficaz. Podemos afirmar que a criação de um sistema de gestão administrativa que funciona harmonizada e integradamente é o pressuposto da realização da gestão promenorizada no âmbito do Governo.

2. A pormenorização na concepção de políticas

De salientar que as políticas públicas são o meio de gestão mais relevante de que o Governo dispõe para a resolução de assuntos sociais. O Governo responde e toma decisões em relação às solicitações e problemas sociais justamente através de políticas públicas sistematizadas. Neste sentido, a formulação de políticas públicas a critério científico é um meio fundamental para a regulação das relações e interesses sociais e para a realização da igualdade e justiça social. No entanto, na definição de políticas governamentais, é dada sempre preferência à posição integrada, ou seja, no processo da definição de políticas, é muitas vezes adoptado um resultado orientado pelo “maior factor comum” obtido segundo “engates” de diferentes grupos de interesse. Nas situações normais, este tipo de processo de definição de políticas não é errado, porém, os grupos de interesses específicos e de minorias são susceptíveis de ser ignorados ou até sacrificados. Na realidade, não é difícil verificar que os produtos públicos abastecidos pelo Governo se apresentam uniformizados, estandardizados e especificados. É de reconhecer que as políticas adoptadas sob a orientação da preferência integrada e os produtos públicos padronizados não facilitam a resposta às solicitações próprias dos grupos específicos, muito menos às solicitações personificadas. Com a evolução social, as solicitações da comunidade apresentam-se cada vez mais diversificadas e personi-

² Stephen Goldsmith e William D. Eggers, “Governação por rede, uma nova forma de serviços públicos”, tradução de Sun Yingchun, Editora da Universidade Beijing, 2008, pág. 2 e 3.

ficadas; por isso, uma resposta mais perfeita às solicitações diversificadas da comunidade social formuladas pelas diferentes comunidades depende da definição das medidas mais promenorizadas em vez das generalizadas, no sentido de fazer corresponder as medidas aos seus objectivos, tomando em atenção a combinação e complementaridade das mesmas, evitando a definição de medidas avulsas e improvisadas.

Analisando de um modo objectivo, ao longo dos dez anos após a transferência da soberania, a definição das políticas tem sido aperfeiçoada constantemente, nomeadamente no que diz respeito a consultas. No entanto, no aspecto da concepção de políticas, subsistem problemas relativas à falta de sistematização, complementaridade e correspondência aos seus objectivos. A título exemplificativo, é duvidoso se o “Plano de participação pecuniária no desenvolvimento económico” já expressa maior justiça. Um outro exemplo é a política de habitação pública: se bem que ela possa assegurar a habitação para a população economicamente mais frágil, quem se preocupa com as necessidades de habitação da classe média que auferem um rendimento médio incapaz de adquirir a sua moradia no mercado? Além disso, existem ainda lacunas em muitos sectores que urge integrar e que devem igualmente constituir matérias essenciais de pormenorização, tal como o reconhecimento da qualificação profissional, à qual a comunidade presta muita atenção.

3. Racionalização e cobertura integral do processo de gestão

Na prática da Nova Gestão, a reengenharia do processo é recomendada em virtude de ser considerada uma técnica importante e eficaz para a promoção da eficiência da governação. O próprio processo é um meio de controlo para assegurar que os actos atinjam os seus objectivos, enquanto a racionalização do processo de gestão é um conteúdo essencial a concretizar no âmbito da promenorização da gestão. Os fenómenos respeitantes à duplicação, rigidez, confusão e erros resultantes do processo de gestão irracional na prática de actos administrativos não são raros. As obras em vias públicas causam de certeza inconvenientes aos seus utentes; no entanto, parece que as obras de “abertura — recuperação — nova abertura - nova recuperação” se repetem com frequência. E cada uma das obras é “necessária” e até são de “último recurso”, enquanto os serviços competentes “pedem desculpa” com “toda a sinceridade”, prometendo “reduzir quanto possível” os seus impactos como fazem habitualmente. Do mesmo modo, os residentes também não sabem a razão por que no

processamento de pedidos comuns de aprovação administrativa, uns são deferidos com mais celebridade do que outros, aparecendo, de vez em quando, casos de execução antes do cumprimento de todas as formalidades ou ratificação sucessiva em casos sem natureza urgente. Cita-se como exemplo o caso das “obras de ampliação do Edifício da Praia Grande”, em que o mais polémico e mais sujeito à crítica da população é a publicação do acto de autorização no Boletim Oficial vários meses após a conclusão das respectivas obras. Casos semelhantes não faltam, quer no âmbito da nomeação de pessoal, quer no da concessão de terras para arrendamento. Assim, embora o Governo da RAEM se tenha empenhado constantemente a partir da transferência da soberania na simplificação das formalidades administrativas e na criação de “centros de prestação de serviços ao público”, há um espaço bastante amplo a aperfeiçoar no processo administrativo, no que diz respeito à redução de trâmites, controlo da tempestividade e custos, bem como na elevação da eficiência, com vista a aproximar-se à racionalização e cobertura integral do processo de gestão exigidos pela pormenorização da gestão.

4. Modernização e digitalização em técnicas de gestão

As técnicas de gestão envolvem uma matéria bastante abrangente, referindo-se no presente artigo essencialmente aos meios técnicos da gestão administrativa, em especial aos modos de promoção da pormenorização de gestão mediante tecnologia electrónica. Hoje em dia a tecnologia informática altera profundamente o modo de vida do Homem e do pensamento; a sobrevivência electrónica, também conhecida pelo “ser digital”, passou a ser um fenómeno social generalizado. Entretanto, a tecnologia informática está a alargar o âmbito dos meios de gestão social disponíveis à Administração, criando condições técnicas inovadas para a gestão pormenorizada. Relativamente à prestação de serviços públicos, a aplicação da tecnologia informática contribui para tornar os serviços administrativos mais acessíveis, também para a melhoria da eficiência da sua prestação, satisfazendo em maior grau possível as necessidades dos destinatários relativos a diversos serviços. Quanto à gestão social, a aplicação da tecnologia informática possibilita a transmissão multilateral das informações sobre a gestão, o que é favorável à tomada de reacções tempestivas e correctas para os problemas sociais por parte dos serviços competentes, bem como ao aperfeiçoamento na comunicação e coordenação entre diferentes serviços públicos. A propósito da adesão dos cidadãos, a tecnologia informática pode promover a participação política dos mesmos, aumentando e

desobstruindo os canais de comunicação entre a população e o Governo, possibilitando conversas e intercâmbio entre eles numa mesma plataforma, fazendo com que a gestão unilateral tradicional passe à governação participativa comum.

É de reconhecer que, a partir da transferência da soberania, o Governo da RAEM tem prestado atenção à promoção da eficiência na gestão administrativa com a aplicação da tecnologia informática actualizada, ampliando sucessivamente o legue de prestação de serviços de “Governo Electrónico”. Até ao momento, mais de uma centena de itens de serviços são disponibilizados através da internet, incluindo recenseamento eleitoral, declaração de rendimentos para efeitos fiscais, reserva de equipamentos desportivos públicos. No entanto, com vista à satisfação das exigências decorrentes do desenvolvimento urbanístico no futuro e da promenorização da gestão municipal, é necessário formular um projecto da “cidade digital”, no sentido de desenvolver um sistema de serviço da cidade por rádio, aplicando-se amplamente técnicas informáticas na administração promenorizada no controlo do tráfego, vigilância do ambiente, administração da terra, até na fiscalização das obras ilegais. Assim, a elevação do nível da pormenorização da gestão urbanística torna-se cada vez mais viável e premente.

5. Clarificação das responsabilidades administrativas

É claro que uma gestão promenorizada não pode prescindir de um sistema de gestão integrado, tomada de decisões administrativas a critério científico, racionalização do processo de gestão e técnicas digitais de gestão. No entanto, os objectivos integrados na gestão promenorizada podem igualmente cair em vão, caso não esteja estabelecido um mecanismo que assegure a administração. Assim, a concretização da gestão promenorizada só pode ser assegurada com o estabelecimento de um sistema de responsabilidade claro.

Este sistema de responsabilidade compreende as componentes como a anatomia, a assunção, a concretização de responsabilidades, bem como a responsabilização. Todas estas componentes têm que ser claras, constituindo-se assim uma cadeia, com vista a assegurar a realização dos objectivos de gestão. De entre estas componentes, a primordial é a clarificação dos responsáveis, ou seja, dos titulares que desempenham as funções e assumem as responsabilidades, em especial a identificação da pessoa quem assume as funções de direcção dos respectivos serviços competentes. Re-

lativamente à anatomia e concretização das responsabilidades, estas têm a ver com o âmbito e tipos de responsabilidades, sendo a correspondência de direitos às responsabilidades e o equilíbrio entre as funções e responsabilidades um princípio básico para a assunção comum de responsabilidades. Se bem que a responsabilização que fica no final da cadeia seja relativamente difícil de efectivar, a sua concretização é indispensável para assinalar a sua relevância.

Com a implantação da RAEM, os apelos formulados por parte da população ao estabelecimento de um sistema de responsabilidade administrativa (sobretudo o regime de responsabilização dos titulares de cargos) nunca cessaram. Até Agosto de 2009, o regime jurídico da função pública revisto passou a regular em certa medida a matéria de responsabilidades administrativas do pessoal de direcção e chefia. No entanto, em virtude dos condicionalismos decorrentes do regime de delegação administrativa em vigor, não foi efectivamente estabelecido um regime de responsabilidade que imponha a coincidência entre poderes a responsabilidades com base em cargos. E as relações de responsabilidades entre o delegante e o delegado não são claras. Embora o Chefe do Executivo e o dirigente dos respectivos serviços pediram recente e publicamente, pela primeira vez, desculpa pelos erros cometidos na elaboração da relação dos beneficiários do regime de poupança central, é provável que este acto em si próprio tenha mais a ver com as características pessoal de líder. Porém, a promenorização de gestão exige uma institucionalização em vez da consciência pessoal.

Por outro lado, a concretização da gestão pormenorizada depende, para além das componentes materiais supracitadas tais como o sistema, o processo e a técnica, de um elemento subjacente mas imprescindível, que é a ideia de gestão. A única ideia de gestão compatível com a gestão pormenorizada é o primado da prestação de serviços.

IV. Conclusão

Em resumo, com o desenvolvimento da RAEM já entra numa nova fase histórica, os actuais problemas da comunidade concentram-se mais na área social, os quais são mais complicados e de natureza estrutural. E são diferentes dos problemas verificados nos primeiros tempos subsequentes à transferência da soberania. O surgimento destes problemas estruturais derroga os efeitos das formas de gestão extensiva e medidas

de concessão de benefícios gerais de curto prazo e improvisas, facto que apela à concepção de medidas diferenciadas e de maior correspondência com as necessidades, bem como uma pormenorização de gestão. Nestes termos, em face das realidades de que os problemas sociais estruturais que se acumulam sucessivamente já passaram a ser factores predominantes que condicionam o desenvolvimento social, é necessário que o Governo da RAEM altere atempadamente o modo de regulação, implementando e pondo em execução a pormenorização de gestão nos aspectos de ideias, regime, tomada de decisões, processo e técnica, com vista a realizar a integração do sistema de gestão, pormenorização da concepção de medidas, racionalização do processo de gestão, modernização da técnica de gestão, clarificação das responsabilidades de gestão, dominando a iniciativa da administração social. Assim, é possível enfrentar a sociedade complexa que está para vir, com uma melhor qualidade de prestação de serviços públicos e uma administração de maior eficiência, promovendo constantemente o nível da administração social, com o objectivo de dar passos no sentido de realizar os objectivos apresentados como linha orientadora para a acção governativa que consiste no “desenvolvimento concertado e progresso harmonioso”.

